

A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

Paul Singer

PROLEGÔMENOS

Desde a época aberta pela revolução industrial, no final do século XVIII, a noção de socialismo esteve ligada à emancipação da classe trabalhadora assalariada – o proletariado – mediante a apropriação coletiva dos meios de produção por aqueles que sabiam manejá-los e efetivamente se encarregavam de executar o trabalho que dotava a matéria prima de valor de uso, adequando-a às necessidades humanas. Carlos Marx expôs esta idéia, em sua mensagem inaugural à direção da então recém fundada Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, nos seguintes termos:

“Após uma luta de 30 anos, travada com notável perseverança, o proletariado inglês (...) conseguiu que fosse aprovada a lei da jornada de dez horas. Os imensos benefícios físicos, morais e intelectuais que daí decorreram para os operários das fábricas (...) são agora amplamente admitidos. (...) Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas, levantadas pelos esforços desajudados de alguns *hands* [operários] audazes. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões, que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como meio de dominação e exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado, que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. (...) Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864, provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (...) Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente incrementado por meios nacionais.” (“Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”¹ em **Marx & Engels Obras Escolhidas**, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961. p. 318 e 320.

Sete anos mais tarde, a recomendação de Marx foi colocada em prática pela Comuna de Paris. Ele comentou a experiência nestes termos: “É um fato estranho. Apesar de toda prosa elevada e toda imensa literatura, durante os últimos sessenta anos, sobre a emancipação do trabalho, tão logo os trabalhadores tomam a questão em suas próprias mãos com vontade, aparece de uma vez a fraseologia apologética dos porta-vozes da sociedade atual, com os seus dois pólos do Capital e da escravidão do Assalariamento (...) como se a sociedade capitalista estivesse ainda em seu estado mais puro de virginal inocência, com os seus antagonismos ainda não desenvolvidos, (...) com suas realidades prostituídas ainda não desmascaradas. A Comuna, eles exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretende abolir a propriedade de classe que torna o trabalho de muitos a riqueza de uns poucos. Ela

¹ Marx & Engels, **Obras Escolhidas**, Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1961, p.318-320

visava a expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma verdade ao transformar os meios de produção, terra e capital, agora os meios de escravizar e explorar trabalho, em meros instrumentos do trabalho livre e associado. Mas, isso é Comunismo, o ‘impossível’ Comunismo! (...) Se a produção cooperativa não é para ser uma farsa e uma isca; se é para ela superar o sistema capitalista; se sociedades cooperativas unidas devem regular a produção nacional a partir dum plano comum, desta maneira tomando-a sob o seu próprio controle e pondo fim à constante anarquia e às constantes convulsões que são uma fatalidade da produção capitalista – o que mais seria, cavalheiros, do que Comunismo, um Comunismo ‘possível’?”² (Marx, Karl, **The Paris Commune**, Nova Iorque, Labor News, 1941. A tradução ao português foi feita por mim. P.S.)

Estas duas citações se propõem comprovar que durante o século XIX as principais lideranças do movimento operário na época encaravam o trabalho autogestionário como a encarnação lógica da base econômica do socialismo ou comunismo, ou seja, da sociedade livre e democrática almejada. Convém notar que os dois textos de que as citações foram tiradas são documentos redigidos por Marx para a I Internacional, da qual ele era o secretário para os países de língua alemã e ao mesmo tempo a sua liderança de maior destaque.

Durante o século XX, o século das revoluções, houve numerosas ocasiões em que a visão de Marx e Engels de um socialismo autogestionário poderia ter sido transformada em prática, mas de fato estas oportunidades jamais foram aproveitadas. A Revolução Russa de 1917 talvez tenha sido uma das mais importantes e, como sabemos, os sucessivos governos bolcheviques efetivamente expropriaram os meios de produção, mas jamais os entregaram à autogestão dos trabalhadores. Os meios de produção passaram a ser controlados pelo Estado, que procurou enquadrar todas as empresas em planos centrais, elaborados por ele. O socialismo passou a ser uma economia centralmente planejada, na qual os trabalhadores eram submetidos aos ditames de administradores, encarregados da magna tarefa de cumprir as determinações dos planos, em seus mínimos detalhes.

CONTROVÉRSIAS SOBRE A ESTRATÉGIA DA LUTA DOS TRABALHADORES PELO SOCIALISMO, ENTENDIDO COMO COMBINAÇÃO DE AUTOGESTÃO DOS TRABALHADORES COM SUFRÁGIO UNIVERSAL

O primeiro corpo político que aspirou representar os trabalhadores de todos os países do mundo foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, formada em 1864 em Londres num encontro em que predominavam organizações trabalhistas da Inglaterra e França além de representações de emigrados italianos, alemães etc.. Marx assumiu desde início a liderança intelectual. Sua fala inaugural “incluiu apenas as idéias com as quais os sindicalistas, mas também os prudonistas e mazzinistas poderiam concordar.”³ Desde a primeira Conferência em Londres em 1865, as diferenças entre os prudonistas, que constituíam a maioria da delegação francesa, e Marx estavam claras. Daí em diante, em todas as reuniões da Associação, as posições de Marx tinham o apoio da maioria do Conselho Geral e sobretudo dos sindicatos ingleses, ao passo que as delegações dos

² Marx, Karl, **The Paris Commune**, Nova Iorque, Labor News, 1941 [traduzido ao português por mim. P.S.]

³ Abendroth, Wolfgang, **A Short History of the European Working Class**, p.31

países agrários – Itália, Espanha e inicialmente França – ou de áreas em que predominava a pequena indústria, como na Suíça francesa, eram predominantemente prudonistas, que depois da Comuna de Paris em 1871 foram sucedidos pelas idéias de Bakunin.

Estes chegaram a propor no Congresso de Genebra, em 1866, que apenas trabalhadores manuais pudessem ser membros da Associação, o que implicaria a exclusão de Marx. A maioria do Congresso rejeitou a proposta. Marx propôs que fosse reivindicada a melhoria das condições de trabalho de mulheres e crianças e a jornada de trabalho de 8 horas por dia. Apesar da oposição dos prudonistas, que rejeitavam qualquer intervenção do estado na formulação dos contratos de trabalho, a proposta foi aprovada por unanimidade.⁴

“As controvérsias giravam ao redor da luta política dos trabalhadores. Para Marx, os partidos operários deveriam lutar por concessões arrancadas do estado burguês, enquanto não tivessem poderio para aboli-lo. A partir do Congresso de Genebra, os sindicatos e as cooperativas de produção não apoiadas pelo estado foram considerados pela Internacional as alavancas com as quais a tirania do trabalho assalariado e do capital poderia ser eliminada. (...) Os prudonistas rejeitavam a luta política dos partidos operários porque procuravam ignorar a questão do poder estatal e excluí-la do desenvolvimento social. Quanto mais eles concordavam com a maioria quanto à necessidade de que os ramos monopolistas da indústria, a começar pelas ferrovias, fossem nacionalizados, não havia acordo a respeito da forma que a nacionalização deveria assumir. “Como poderiam grandes unidades funcionar se elas fossem possuídas por pequenas cooperativas descentralizadas, como estava implícito nas posições de Proudhon?”⁵ É impressionante como estas questões continuam atuais quase um século e meio depois.

Após o sanguinário fim da Comuna de Paris em 1871, verdadeira caça aos socialistas, representados pela Internacional, foi desencadeada pelos governos da Europa, enquanto as divergências dentro da Internacional se aprofundavam. “A Conferência de Londres em 1871 adotou uma resolução pregando a formação de partidos legais da classe operária em cada país da Europa como pré-condição da revolução socialista. Para os seguidores de Blanqui e Bakunin isso era inaceitável. (...) Mas, tão pouco para os sindicatos ingleses a nova política correspondia às suas necessidades (...) pois ainda eram demasiadamente fracos para poder atuar como força política independente. Suas esperanças se baseavam na aliança com a ala radical do Partido Liberal, com cujos votos contavam para melhorar as condições sociais dos trabalhadores.”⁶

Em 1872, por proposta de Marx e Engels, a sede da Internacional foi transferida para Nova Iorque, onde ela vegetou por mais quatro anos, longe de sua base social e política européia, antes de encerrar suas atividades. Depois da partida da I Internacional para a América, nada menos que 5 conferências internacionais de trabalhadores se reuniram entre 1877 e 1888 em diferentes cidades européias, evidenciando que a colaboração entre os movimentos operários do continente não foi interrompida. Em 1889, reuniram-se em Paris duas conferências de trabalhadores para comemorar o centésimo aniversário da Queda da Bastilha. Uma de sindicalistas e outra de seguidores de Guesde, ex-partidário de Bakunin, convertido às idéias marxistas. A esta última compareceram

⁴ **Ibidem**, p. 34

⁵ **Ibidem**, p. 34 e 35

⁶ **Ibidem**, p. 39 e 40

delegados dos Estados Unidos e da Argentina e foram eles que começaram o restabelecimento da Internacional. Ficou decidido que haveria demonstrações em todos os países em 1º de maio de 1890 pela adoção da jornada de 8 horas e que esta demanda deveria ser feita não só aos empregadores, mas ao próprio estado burguês.”⁷

Com o fim da Associação Internacional de Trabalhadores original e a fundação de nova Associação em 1889, a primeira passou a conhecida como a I Internacional e a nova como a II Internacional. Esta herdou naturalmente as controvérsias entre marxistas e anarquistas. Mas, nestes 13 anos, a relação de força entre os dois agrupamentos mudara consideravelmente: os marxistas representavam fundamentalmente o proletariado industrial, majoritário nas hostes dos trabalhadores nos países mais adiantados, ao passo que os anarquistas predominavam nos países pouco ou nada industrializados, onde representavam o artesanato urbano e o campesinato mais pobre. A partir de 1870, a Alemanha e os Estados Unidos passaram a se industrializar aceleradamente até alcançar a Inglaterra e eventualmente ultrapassá-la. A industrialização avançou também em outros países europeus, alcançando os Impérios Russo e Austro-Húngaro, a França, Bélgica, Holanda e os países mediterrâneos, como a Itália e a Espanha.

Esta extensa mudança econômica acarretou profunda alteração na estrutura de classes das nações, com o crescimento do proletariado e o conseqüente fortalecimento de suas organizações sindicais e partidárias. O que se refletiu na composição da II Internacional, que em seu Congresso em 1896 decidiu excluir os anarquistas e que daí em diante só fariam parte dela representantes de organizações “que trabalhassem para trocar o capitalismo pelo socialismo e reconhecessem o valor da legislação e da atividade parlamentar.”⁸

A expansão demográfica do proletariado primeiro na Europa e em seguida nas Américas e na Ásia (a começar pelo Japão) trouxe conseqüências não só socioeconômicas, mas também políticas. Desde o grande movimento Cartista na Grã Bretanha nos anos 1840, a classe operária passou a reivindicar os mesmos direitos políticos, que as revoluções liberais haviam prodigalizado às classes médias, compostas por pequenos e médios empresários da cidade e do campo e pelas camadas superiores duma crescente burocracia estatal, condicionada pela expansão urbana, desde logo demandante de mais e melhores serviços públicos: transporte, tráfego, iluminação, saneamento básico, rede hospitalar e escolar, policiamento etc.. Embora o Cartismo tivesse sido derrotado, o peso crescente do proletariado tornava inevitável que suas demandas de igualdade no gozo dos direitos de votar e ser votado teriam que acabar sendo atendidas, ainda que sob a forma de sucessivas concessões das classes dominantes e de seu estado.

A história da Revolução Industrial na Inglaterra e na Escócia registra uma sucessão quase ininterrupta de grandes campanhas da nova classe operária industrial pelo direito de se organizar em sindicatos e recorrer à greve para conquistar melhores condições de trabalho e de remuneração. A limitação da jornada de trabalho e a criação dos Inspetores de Fábricas foram conquistas iniciais no campo social às quais se somam avanços sucessivos de extensão do gozo dos direitos políticos a novas categorias de trabalhadores. Tendo em vista esta realidade histórica, que acabaria por se estender aos outros países na medida em que iam sendo alcançados pela expansão da indústria, a posição marxista de defesa do envolvimento do movimento operário nas lutas pela democratização era inegavelmente racional. Por isso, seu triunfo sobre a oposição anarquista deve ser visto como natural. O anarquismo, ao ser excluído da II

⁷ *Ibidem* p. 52

⁸ *Ibidem* p. 53

Internacional, não desapareceu pelo simples fato de que nem o artesanato desapareceu das cidades e nem o campesinato do campo, cujos interesses e visão ideológica ele expressava.

A luta pelo sufrágio universal atravessou a maior parte do século XIX e só se tornou vitoriosa na maioria dos países depois da II Guerra Mundial, em meados do século XX. Etapas importantes foram a revolução proletária na França em 1848, que instaurou o sufrágio universal masculino naquele país e a abolição da escravatura nos Estados Unidos, alcançada ao cabo da Guerra da Secessão em 1865, que abriu a possibilidade da inclusão dos libertos no sufrágio universal masculino, que já vigorava para os colonos brancos no país, quase desde a independência.

É de se notar que esta possibilidade foi bloqueada no sul do país pela violenta discriminação racial lá implantada pela tradicional oligarquia agrária branca depois do fim da Guerra Civil. A discriminação racial no sul levou grande parte da população negra a migrar aos estados do norte, onde se tornaram cidadãos em pleno gozo de seus direitos políticos. Somente na década dos 1960, estudantes descendentes de escravos, educados no norte, se organizaram nos *Freedom Riders* [Cavaleiros da Liberdade] e ao lado de colegas brancos viajaram aos estados do sul e conseguiram, após árduas lutas, interditar a prática da discriminação nas escolas e demais serviços públicos, até garantir à população negra o direito de se inscrever como eleitores, de votar e de ser votada. É preciso registrar com tristeza que até hoje o exercício destes direitos pelos negros, nos Estados Unidos, continua sendo contestado ocasionalmente mediante meios fraudulentos.

Para que o sufrágio universal se tornasse completo era preciso que ele fosse estendido às mulheres, o que exigiu ampla mobilização das mesmas e a conquista de direitos civis para que elas efetivamente pudessem se igualar aos homens. O feminismo surgiu nos EUA ainda no século XIX, na esteira da luta pela abolição da escravatura, e levou mais de um século até que gradativamente a revolução feminista se completasse. Neste cenário de gradual emancipação humana de grupos oprimidos – operários, escravos, mulheres, negros não mais escravos – o Brasil definitivamente não se encontra na rabeira: após a Revolução de 1930, a legislação do trabalho foi sendo sistematicamente implantada até culminar na adoção da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1940. E antes disso, em 1932, foi aprovada legislação que completou o sufrágio universal com a extensão às brasileiras do direito de votar e de se candidatarem a quaisquer cargos eletivos.

O AVANÇO DAS LUTAS POPULARES IMPÕE SUCESSIVAS REVISÕES ÀS NOÇÕES DE SOCIALISMO COMO SISTEMA SÓCIOECONÔMICO DESTINADO A SUCEDER AO CAPITALISMO

A trajetória das lutas populares, digamos, entre a conquista da independência dos povos das Américas (1776-1830) e a consolidação no mundo da democracia, no após II Guerra Mundial, com a descolonização da Ásia e África (1976), foi marcada por revoluções e guerras, entre as quais se destacam as revoluções de 1848 na Europa, a Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-65), a Comuna de Paris (1871), a Revolução de 1905 na Rússia Tzarista, a I Guerra Mundial (1914-18), a Revolução Russa de Outubro de 1917, a Guerra Civil Espanhola (1936-39) e as inúmeras revoluções e guerras internacionais e civis que compõem a chamada II Guerra Mundial (1939-1945). Esta, na realidade, não acabou com a rendição do Japão em 1945, como foi convencionado. Basta lembrar os conflitos detonados por esta Guerra Mundial e que prosseguiram após 1945 na China, no Vietnã, na Grécia, nas Filipinas e em outros países colonizados do 3º

Mundo. Todos estes eventos marcaram com violência os avanços das lutas por mais democracia política, para começar, mas também por profundas mudanças sociais e econômicas.

Muitas destas guerras foram iniciadas por regimes que procuravam se fortalecer por efeito das glórias bélicas a serem conquistadas no exterior, mas, que acabavam por se enfraquecer na medida em que os conflitos se estendiam no tempo, impondo enormes sofrimentos à massa popular. Revoltas populares ajudaram a por fim a regimes autoritários, mesmo onde não chegou a haver revoltas, mas apenas reviravoltas políticas, que abriram caminho para grandes avanços das lutas operárias, feministas, de libertação nacional e de afirmação democrática e socialista. Esta longa experiência histórica soldou nas mentes de muitos socialistas a idéia de que sem violência revolucionária é impossível vencer as resistências ao avanço das lutas populares.

Este foi certamente o caso de Karl Marx e Friedrich Engels, cuja influência sobre as lutas populares desde o lançamento do Manifesto do Partido Comunista em 1848 dificilmente pode ser exagerada. Os dois são autores do programa revolucionário socialista mais inspirado, que a partir da II Internacional motivou e orientou um sem-número de movimentos e os dotou duma visão de outro sistema socioeconômico, superior sob todos os aspectos ao capitalismo, sempre suposto estar à beira de sua crise terminal. Marx e Engels herdaram dos socialistas utópicos a idéia de que a economia socialista teria de ser autogestionária, tendo como modelo as cooperativas de produção de sua época, conforme visto acima nos **Prolegômenos**. Esta idéia predominou na I Internacional, tendo sido partilhada por partidários de Marx e Engels e de Proudhon e Bakunin. A bandeira da livre união dos produtores como diretriz básica de organização das atividades econômicas emergiu na Revolução de 1848, na França, e novamente na Comuna de Paris, 23 anos depois.

Mas, ao lado da visão autogestionária do socialismo, Marx e Engels desenvolveram também uma outra visão: a de que no socialismo o mercado teria de ser abolido e substituído por um planejamento capaz de evitar as crises periódicas, características do capitalismo, assim como a concentração do capital em poucas mãos, condição essencial para a existência do trabalho assalariado e, portanto, da exploração da classe trabalhadora pelo capital. O mercado desenvolvido pelo capitalismo enseja a competição entre as empresas pelo lucro máximo, que passa a ser o único motivo para produzir mercadorias, cujo valor de uso é necessário para que alguém queira comprá-las, mas que não incrementa a taxa de lucro sobre o capital investido e portanto não regula a quantidade das mercadorias produzidas. Em outras palavras, no capitalismo a produção não visa a satisfação do consumidor, mas o lucro máximo do capitalista.

Marx estudou intensamente a administração capitalista das empresas guiado pela experiência empresarial de Engels, que dirigia uma fábrica textil de sua família. Marx captou a contradição entre a anarquia provocada pela concorrência entre as empresas no mercado e a minuciosa racionalidade aplicada na gestão da empresa para dela extrair o máximo de lucro. Marx e Engels concluíram que, no socialismo, o mercado poderia e deveria ser abolido e em seu lugar o ajuste entre oferta e demanda seria construído, no conjunto da economia, por meio dum planejamento centralizado de toda economia, análogo ao que o capitalista realiza em sua empresa. Obviamente, este planejamento não iria visar a maximização do lucro privado, mas o bem estar dos consumidores. Para que a sociedade possa dar o salto da economia anárquica do mercado à economia ordenada pelo estado, é preciso que este se aproprie de uma vez de todos os meios de produção. O que exige obviamente a conquista de todo poder de estado por uma organização revolucionária e portanto a necessidade da derrubada do governo existente.

A história foi cruel com os pais do socialismo científico ao fazer com que sua proposta acabasse sendo aplicada, cerca de 40 anos depois de formulada, na Rússia, então o maior país do planeta. O planejamento geral de toda a economia, centralizado no estado, foi praticado durante cerca de 70 anos. O modelo foi exportado depois da II Guerra Mundial a numerosos países da Europa, Ásia e África e a Cuba nas Américas e um dos seus resultados inegáveis é que o estado longe de perecer, como pensavam Marx e Engels, hipertrofiou-se. A aspiração democrática foi deixada de lado e a vida social foi submetida a uma camisa de força. Nas palavras de alguém forçado a viver num país imerso no socialismo real: “Aqui tudo o que não é proibido torna-se obrigatório.”

O estado, encarregado de alocar a totalidade do produto social, sem contar com as informações sobre as necessidades e desejos da população que somente o mercado pode fornecer em tempo, resolveu o enigma determinando ele mesmo as necessidades e desejos que cada cidadão e cada coletividade *deveria ter*. Como seria de se esperar, os resultados foram desastrosos. A ditadura manteve a insatisfação popular invisível aos próprios atores durante duas gerações até que ela explodisse tão logo o sistema repressivo começou a ser desmontado por Gorbatchov, a partir de 1985. Em 1989, sem muita violência e nenhuma intervenção externa, o sistema foi repudiado não somente na Rússia, mas pela quase totalidade dos países que o havia adotado. As populações sublevadas optaram por uma volta ultra-rápida ao capitalismo com democracia, da qual tinham vaga idéia por meio da mídia ocidental.

O aspecto que aqui nos interessa é que o planejamento centralizado é incompatível não só com a democracia ‘burguesa’ mas também com o socialismo autogestionário, que tanto entusiasmo havia despertado em Marx e Engels. R. Selucky que analisou esta contradição com muita perspicácia concluiu: “Eu gostaria de meramente sugerir que a rejeição do mercado é, por definição, incompatível com o conceito de sistema econômico socialista autogestionário. Se o mercado é abolido, a autonomia de unidades econômicas desaparece. Se o mercado é abolido, o relacionamento horizontal (isto é intercâmbio) entre unidades econômicas também desaparece. Se o mercado é abolido, a informação vinda dos consumidores (demanda) ou é inteiramente cortada ou ao menos é irrelevante para os produtores. Então, o plano central é a única fonte supridora de informações relevantes aos produtores para a tomada de decisões. Se este é o caso, a estrutura do sistema econômico tem de estar baseada no tipo de relacionamento vertical prevalecente (isto é subordinação e superioridade), com a tomada de decisões centralizada na agência de planejamento, sem qualquer controle externo das decisões centrais. Um sistema autogestionário, mesmo que formalmente introduzido é um corpo estranho em qualquer estrutura não de mercado, vertical e centralizada. Mesmo que a autoridade de tomar decisões seja formalmente garantida a órgãos autogestionários, a sua única fonte de informações é o plano central, já que o mercado foi eliminado. Qualquer economia consistentemente não de mercado tem de ser por definição: centralizada; dirigida por um plano de comando; controlada por um punhado de planejadores em vez de pelos próprios trabalhadores; baseada na manipulação dos produtores pela agência de planejamento.”⁹

A experiência histórica confirma a tese de Selucky. Em 1930, Stalin resolveu estatizar toda a terra agrícola da União Soviética, transformando os empreendimentos agrícolas em empresas estatais ou em cooperativas. Só que estas últimas eram obrigadas a vender sua produção ao Estado por preços fixados pelo comprador. As cooperativas soviéticas

⁹ Selucky, R., *Marxism and Self Management in Vanek, Jaroslav, SELF-MANAGEMENT; ECONOMIC LIBERATION OF MAN*, Penguin Education, Harmondsworth, England, 1975, p.57 e 58

só diferiam das empresas estatais pelo fato de que os trabalhadores destas eram remunerados por salários, como todos trabalhadores empregados pelo estado, enquanto os cooperados eram remunerados pelo ganho decorrente da venda de sua produção. Enquanto todos os preços eram fixados pelo estado, a situação dos trabalhadores em cooperativas não se distinguia da dos empregados pelo estado. Ficou evidente que a autogestão somente existe se são os cooperados que decidem o que produzir e a quem vender seus produtos e por quais preços.

AUGE E DECLÍNIO DO “SOCIALISMO REALMENTE EXISTENTE” COMO SISTEMA SOCIOECONÔMICO UNIVERSAL, SEM AUTOGESTÃO E SEM DEMOCRACIA E O RETORNO DA AUTOGESTÃO COMO BANDEIRA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Depois da II Guerra Mundial, quando o regime soviético foi estendido a numerosos países da Europa Central e Oriental, não tardou que sucessivos levantes operários em Berlim, Hungria, Polônia e finalmente na Tchecoslováquia entre 1953 e 1968 desmascarassem o seu pseudo-socialismo. Após a invasão russa da Tchecoslováquia, em 1968, para reprimir a tentativa de lá instaurar um socialismo “com cara humana”, no mundo inteiro o regime vigente na União Soviética e em seus satélites passou a ser denominado de “socialismo realmente existente” ou abreviadamente de “socialismo real”. A denominação denotava que o “socialismo real”, era de fato um regime opressivo que nada tinha em comum com o socialismo pelo qual lutaram muitas gerações de militantes. Numerosos partidos comunistas situados fora do território dominado pela União Soviética se dissociaram publicamente do socialismo real, enquanto os poucos partidos comunistas que não o fizeram perderam a maior parte dos seus eleitores. “Foi este o grande trauma do comunismo: em dois anos, o PC italiano perdeu 400 mil filiados e no PC da Grã Bretanha o número de filiados caiu de 33.095 para 24.900 filiados. Em alguns dos PCs menores, como o austríaco, o alemão e o português, os membros leais a Moscou simplesmente se fecharam em copas.”¹⁰

O único país do bloco soviético que tentou construir uma economia socialista autogestionária foi a Iugoslávia, enquanto ela foi governada por Tito, entre 1948 e 1980. Durante a II Guerra Mundial a Iugoslávia foi ocupada pelos nazistas e Tito comandou uma guerrilha comunista, que conseguiu efetivamente expulsar os invasores antes que as tropas russas entrassem no país. Foi o único país dos Balcãs que se libertou sozinho, sem depender de ajuda externa, o que lhe conferiu enorme prestígio a ponto de Stalin sentir que Tito ameaçava seu domínio sobre a região. Em 1948, Stalin denunciou violentamente Tito como traidor e o expulsou do Cominform, que na época reunia todos partidos comunistas. Embora não houvesse qualquer razão que justificasse a atitude de Stalin, os demais partidos comunistas se alinharam com ele. Tito, para se proteger dum ataque militar russo, aceitou a oferta de auxílio dos EUA e em seguida promoveu mudanças profundas na economia do país: todas as empresas que haviam sido estatizadas foram transformadas em cooperativas e entregues à autogestão de seus ex-empregados. Houve um restabelecimento dos mercados, em que as cooperativas podiam se abastecer e vender seus produtos por preços livremente determinados pela barganha entre compradores e vendedores. O estado continuava monopolizando as finanças e o crédito para investimentos dependia do planejamento estatal.

¹⁰ Eley, Geoff, **Forjando a Democracia; A história da esquerda na Europa, 1850-2000**, S.Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005 p.385

As cooperativas estavam sob a influência das autoridades nacionais e também das comunidades locais. Para que o sistema pudesse funcionar com certa autenticidade, o partido comunista foi dissolvido e substituído pela Liga dos Comunistas e a repressão às liberdades civis foi consideravelmente atenuada. Apesar da manutenção do regime de partido único, temas econômicos e sociais controversos eram discutidos publicamente. Estive pessoalmente no país em 1978 e pude verificar o contraste entre a total ausência de liberdades políticas nos países que compunham o mundo do “socialismo real” e o regime iugoslavo. Infelizmente, depois da morte de Tito, em 1980, os diferentes países que compunham a Iugoslávia entraram em conflitos étnicos e religiosos violentíssimos, que puseram fim à nação e com ela à experiência de autogestão, que até aquela data deveria ser considerada única no mundo.

A experiência da Iugoslávia despertou novo interesse pelo socialismo autogestionário, pois ele foi mais benéfico para o povo, do que a economia centralmente planejada, adotada nos países vizinhos. Os interessados eram principalmente intelectuais e estudantes, desejosos de encontrar vias de transição ao socialismo democrático. O socialismo autogestionário havia sido abandonado tanto pelos partidos comunistas como pelos partidos socialdemocratas ou trabalhistas. Durante as primeiras décadas do pós guerra estes últimos foram eleitos ao governo, sozinhos ou em coligação com outros partidos, na maioria dos países da Europa Ocidental. Uma vez no poder, estes partidos nacionalizaram os principais serviços públicos: transportes, energia, comunicações, educação e assistência à saúde, além de grande parte da indústria pesada, mas em nenhum país a gestão de empresas estatais foi entregue aos empregados. Uma exceção parcial foi a Alemanha Ocidental, onde as empresas estatais, legadas pelo nazismo, passaram a ser administradas em cogestão por representantes do governo e dos trabalhadores, por exigência das potências ocupantes. Esta decisão foi tomada e efetivada durante o longo governo democrata-cristão de Adenauer, estando a socialdemocracia na oposição.

A autogestão operária na realidade não constava da ordem do dia da socialdemocracia. Nesta predominava a pauta de reivindicações dos trabalhadores sindicalizados, cujo atendimento produziu o famoso e na época consensual Estado de Bem Estar Social. Nesta pauta, o que mais se aproximava da autogestão operária era a reivindicação de direitos democráticos a serem exercidos no local de trabalho: a criação de Conselhos de Empresa, compostos por representantes eleitos pelos empregados, com poder de intervir em situações em que algum direito contratual ou legal de empregados estivesse sendo lesado. Cumpre notar que estes direitos foram efetivamente conquistados em diversos países europeus, dando aos representantes eleitos pelos trabalhadores certa capacidade de influir em decisões dos empregadores que afetassem diretamente os interesses de seus representados.

A autogestão voltou com vigor à agenda com a explosão de protestos e lutas dos estudantes de Paris que rapidamente se espalharam pela Europa, América do Norte e do Sul, no inesquecível ano de 1968. Foi antes de tudo um movimento de jovens, duma geração que estava sendo educada para atuar num mundo que não só desaprovavam, mas que os indignava pelas flagrantes injustiças que estavam sendo cometidas pelos poderosos, sem que algo fosse feito para impedi-los. “O radicalismo europeu em 1968 era totalmente internacionalista, inspirado pelos movimentos revolucionários não-ocidentais ou pela raiva contra os Estados Unidos contra-revolucionários. Os estudantes cruzavam facilmente as fronteiras passando de um teatro de radicalismo para outros. O Tribunal Internacional para Crimes de Guerra, instalado pela Fundação Bertrand Russell pela Paz, promoveu este processo, concentrando esforços na Guerra do Vietnã. Em

termos práticos, o mundo havia encolhido pelas viagens e comunicações, e, em termos culturais, pelo gosto e pelo estilo.”¹¹

Em maio de 1968, a agitação estudantil eclodiu na Universidade de Paris, a Sorbonne. Os estudantes entraram em greve, ocuparam a universidade e em seguida organizaram manifestações nas ruas, sendo violentamente reprimidos pela polícia, o que deve ter despertado a simpatia da população pelos jovens. Deste modo, as lutas estudantis acabaram contaminando a classe operária fabril. Em resposta, o Partido Comunista, que dominava a central sindical mais poderosa, repudiou o movimento estudantil, denunciando: os estudantes rebeldes como inimigos pseudo-revolucionários da classe trabalhadora. “Mas, à medida que os acontecimentos se desenvolviam, os comunistas da base inevitavelmente se juntaram às manifestações. Sabedores de que nenhum desafio maior ao governo iria acontecer sem eles, a CGT relutantemente combinou com os outros sindicatos uma greve de protesto de um dia em 13 de maio, quando 800 mil trabalhadores marcharam numa maciça validação dos atos dos estudantes.”¹²

Em seguida, o governo reabriu a Sorbonne, cedendo aos estudantes. “Mas, no momento em que os estudantes gozavam a liberdade, começaram os abalos secundários, numa mobilização sem paralelo na Europa capitalista desde 1936. A disposição passara dos estudantes para os operários. (...) No fim da semana, a onda de greve avançava, concentrada no cinturão vermelho de Paris, Normandia e Lyon. Foram afetadas as indústrias de automóveis, aviação, engenharia, carvão, química e construção naval, além do setor público, com o transporte municipal, ferrovias, gás e eletricidade, os correios, serviços sanitários e a navegação do canal, todos em greve. Os profissionais técnicos, tais como os controladores de tráfego aéreo e o pessoal do rádio e da televisão também pararam. Em 18 de maio, 2 milhões estavam em greve e havia 120 fábricas ocupadas. Na semana seguinte, o número de grevistas chegou a algo em torno de 4 milhões a 6 milhões. No dia seguinte já eram entre 8 e 10 milhões.”¹³

A rebelião estudantil, provavelmente sem querer, acabou provocando um imenso movimento de protesto social. Nas universidades ocupadas, os estudantes trataram de eliminar hierarquias, democratizar a administração e redefinir os currículos. “Mas os trabalhadores também afirmavam sua ação. Inspirados pelo exemplo dos estudantes, sua audácia tomou de surpresa não somente os empregadores e o governo, mas também os sindicatos. Em Nantes, a ação na Sud Aviation galvanizou um movimento geral de greve, que culminou com a tomada da prefeitura pelo comitê central dos trabalhadores, camponeses e estudantes em greve no dia 27 de maio, afastando o prefeito e o chefe da polícia.”¹⁴ O governo da França se viu coagido a oferecer concessões para poder retomar o controle da situação. Em 25-26 de maio, ele ofereceu aos grevistas um aumento de 35% do salário mínimo, um aumento geral de 10% dos salários e a perspectiva da semana de trabalho ser reduzida a 40 horas. Mas, a oferta de acordo foi rejeitada pelos trabalhadores da Renault e de outras empresas. “Os trabalhadores queriam mudanças que resultassem em melhoria da qualidade de vida: aumento da auto-estima, maior participação nas decisões, mais controle sobre a vida diária – **tudo o que implicasse a autogestão.**”¹⁵ [sublinhado por mim PS]

¹¹ **Ibidem**, p.395

¹² **Ibidem**, p.401

¹³ **Ibidem** p. 401

¹⁴ **Ibidem** p.402

¹⁵ **Ibidem** p. 403

Depois de prolongada resistência nas fábricas e nas universidades, operários e estudantes acabaram tendo de ceder ao governo, que afinal conseguiu restaurar a ordem. Mas, o movimento de maio de 1968 deixou um rico legado, que ainda dá frutos. “Animar a revolta antiautoritária foi um ideal de autogestão, adotado oficialmente como *Autogestion* pelo novo Partido Socialista (PS) em 1973-75. Previa a democratização da economia – via reivindicação do controle das fábricas pelos seus trabalhadores, cooperativas autogeridas e constitucionalização dos negócios, bem como por meio de tomada participativa de decisões, abertura dos livros, descentralização da gerência e melhoramento geral do local de trabalho.”¹⁶ O posicionamento do novo Partido Socialista refletia os valores do movimento de maio de 68, que apresentam afinidades significativas com os do movimento da economia solidária no Brasil e em outras nações, 35 anos depois. Vejamos. “Alienação’ era a palavra do momento. Ela transmitia uma poderosa acusação: ‘a sociedade moderna é um truque de confiança que oferece altos padrões de conforto material em troca da escravidão à máquina industrial; o ensino moderno tem como seu principal objetivo a aceitação desta situação. (...) Como se recordava Cohn-Bendit: “Os estudantes queriam saber: porque estamos aprendendo isso? Para fazer o que? Para assumir que função na sociedade?”¹⁷

O movimento estudantil que teve o seu epicentro em Paris e se esparramou pela França, em 1968, repercutiu na Itália, na Alemanha e em outros países da Europa, nos guetos negros das grandes cidades dos EUA, no massacre estudantil na Cidade do México, no *Cordobazo* argentino e em greves e gigantescas manifestações de rua dos estudantes no Rio e em S.Paulo. Em 1968, em plena ditadura militar, as universidades brasileiras estavam em greve pela *reforma universitária*, no fundo protestando contra o golpe que havia fulminado a democracia. Um congresso estudantil clandestino foi denunciado à polícia e centenas de participantes foram presos. O movimento estudantil foi para a clandestinidade e logo em seguida muitos estudantes aderiram à resistência armada à ditadura, pela qual grande número pagou com a vida, enquanto muitos outros foram presos ou obrigados a se refugiar no exterior.

Em outros países, os estudantes se engajaram no pacifismo, contra a Guerra do Vietnã nos EUA, contra o estacionamento de mísseis nucleares na Grã Bretanha. Na Alemanha, os estudantes radicalizados se engajaram no movimento ambientalista, que mais tarde ensejou a formação do Partido Verde, com réplicas em numerosos outros países. A vertente propriamente autogestionária voltou à tona no episódio da LIP, uma fábrica de relógios em Besançon, perto da fronteira suíça, que entrou em crise, ameaçando demitir a maioria dos seus operários especializados. A crise se estendeu por mais de 5 anos e envolveu as principais centrais sindicais, o governo da cidade, o governo francês, os dois principais partidos de esquerda e a própria indústria relojoeira francesa.

Em 1973, os trabalhadores ocuparam a fábrica, mas 2 meses depois foram forçados pela polícia a evacuar o prédio. Mas, antes disso, os trabalhadores haviam removido peças do maquinário para continuar a produção em oficinas clandestinas. O governo negociou um plano de recuperação da empresa com as centrais sindicais e industriais “progressistas” que depois de prolongadas idas e vindas acabou sendo aprovado pelos trabalhadores. Mas, as medidas de racionalização não foram suficientes para garantir a recuperação almejada e com a recessão em 1975-76 a direção da Lip requereu em abril de 1976 a falência da empresa, o que levou os trabalhadores a tornar a ocupá-la com a esperança de poder contar com a solidariedade da esquerda francesa e da classe operária

¹⁶ *Ibidem* p. 406

¹⁷ *Ibidem* p. 406

organizada. Os operários abriram as portas da Lip a visitantes (só em maio foram 60 mil) e a reuniões sindicais e eles mesmos compareceram a reuniões em toda França, com a imprensa, com representantes do governo e com os síndicos da falência, nomeados pelo tribunal. Os operários sobreviviam com o seguro-desemprego e o ganho com vendas de diversos artigos produzidos por eles e vendidos a simpatizantes.

Finalmente, em novembro de 1976, a assembléia dos trabalhadores decidiu formar uma cooperativa que compraria a Lip de seus acionistas. Este passo levou 19 meses a ser dado por razões ideológicas: eles se consideravam assalariados em luta contra proprietários e não para que eles mesmos se tornassem proprietários. Temiam que sua transformação em cooperados implicasse em mudança de sua identidade de classe e portanto de suas relações com a classe operária assalariada do país. Convenceram-se, no entanto, que nas eleições marcadas para março de 1978, a esquerda seria vitoriosa e que com um governo de esquerda uma empresa de propriedade de seus trabalhadores poderia ser um exemplo para outros ocupantes de fábricas. E de fato, em 1974-75, mais de 200 ocupações de fábricas na França se inspiraram no exemplo da Lip. Mas, nas eleições a esquerda foi derrotada, o que não impediu os trabalhadores de apresentar um novo plano para assumirem a empresa enquanto cooperativa.¹⁸

A AUTOGESTÃO COMO REIVINDICAÇÃO DAS LUTAS OPERÁRIAS NO “SOCIALISMO REAL”

O ímpeto autogestionário francês foi no entanto de curto fôlego e o tema foi por assim dizer suplantado por outros, como o pacifismo, o ambientalismo e o feminismo nas agendas dos novos movimentos sociais. Mas, ele voltou à cena em grande estilo graças às seguidas revoltas operárias na Polônia. “Greves de massa se seguiram aos aumentos do preço dos alimentos, anunciados inesperadamente primeiro em 1970, no Governo Gomulka, e depois em 1976, em meio de grave crise econômica, no governo Edward Gierk. Nas duas vezes o governo recuou diante da militância da classe trabalhadora – greves, passeatas, protestos formais e ações diretas de saques de edifícios, batalhas contra a polícia e ocupações dos locais de trabalho. Em 1970-71, (...) depois que os tanques invadiram os portos bálticos e Varsóvia ficou sob greve geral, o novo Secretário Geral Gierk (...) anunciou o congelamento dos preços por dois anos nos níveis de 1966, tornado possível por um empréstimo soviético. Em 1976, o ciclo repetiu-se com mais rapidez: anunciaram-se os aumentos, os trabalhadores saíram às ruas e o governo recuou.”¹⁹

Em 1980, começou outra insurreição pelos mesmos motivos: aumentos de preços. O estaleiro Lênin foi ocupado por operários chefiados por Lech Walesa. Mas dessa vez os trabalhadores fizeram uma nova reivindicação: **sindicatos independentes**. Enquanto o governo negociava com os trabalhadores nas diferentes regiões, em setembro foi fundado o **Sindicato Independente Autogerido ou Solidariedade Solidarnosc**. No mês seguinte estourou uma greve geral e o número de aderentes ao Solidarnosc crescia aos saltos: 3 milhões em setembro, 8 milhões em outubro, chegando a 9,5 milhões, ou seja mais de três quartos duma força de trabalho de 12,5 milhões, um ano depois.

“Em seu primeiro Congresso, em setembro-outubro de 1981, o Solidariedade abandonou sua postura de sindicato e exigiu uma “república autogerida”, atacando o

¹⁸ Martin Carnoy and Derek Shearer, **Economic Democracy. The Challenge of the 1980s** p.163-169

¹⁹ Eley, Geoff **Ibidem**, p.494

“papel de liderança” do PC. A economia planejada foi rejeitada em favor de empresas autônomas “autogeridas”, com sugestões sindicais de uma economia democratizada além da esfera de comando do Partido. Quando o programa declarou que “a vida pública na Polônia exige reformas profundas e abrangentes que resultem na introdução permanente de princípios de autogestão, democracia e pluralismo” estava entrando no terreno da Primavera de Praga” e deixando para trás a terra do “socialismo realmente existente”. O resultado era inevitável. Em 12 de dezembro, Jaruzelski [o chefe do governo] decretou a lei marcial, prendeu os líderes do Solidariedade e formou um Conselho Militar de Salvação Nacional.²⁰

A REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO DO SOLIDARNOSC E A CONSEQUENTE DIFUSÃO DO SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO NO BRASIL

Apesar de reprimido pela força, o movimento do Solidarnosc teve enorme repercussão nos outros países, particularmente nos que eram palcos da atuação dos jovens estudantes, engajados em movimentos sociais herdeiros dos valores de 1968. No Brasil, a luta do Solidarnosc coincidiu com a fundação do Partido dos Trabalhadores por uma ampla frente de agrupamentos de esquerda, de orientações diferentes, mas com uma significativa representação dos novos movimentos sociais. Entre as lideranças uma parcela significativa era composta por pessoas que haviam estado exilados na Europa, portanto conhecedores das lutas pela autogestão operária dos dois lados da ainda incólume Cortina de Ferro.

Um dos que se engajaram no estudo do socialismo autogestionário foi Cláudio Nascimento, intelectual autodidata e educador popular, que a partir 2003 integraria a equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária como Coordenador Geral de Formação. Num depoimento autobiográfico ele relatava: “Em 1980, tinha publicado brochuras e ensaios sobre o movimento operário e sindical que tinha surgido na Polônia, o Solidarnosc. Na França participei de estudos e ações de apoio aos exilados de Solidarnosc, que estavam apoiados pela CFDT, onde trabalhava. (...) Muitas entrevistas e conversas em bares da periferia de Paris, com dirigentes operários e intelectuais poloneses (...), reuniões com militantes de Lublin, que vinham como convênio com a Universidade de Louvain La Neuve, na Bélgica, me levaram a escrever sobre esta experiência de autogestão. Fiz pesquisa sobre o movimento de autogestão na Polônia, o Solidarnosc, na França consultando bibliotecas e Centros de Documentação. A pesquisa foi publicada em Portugal, pelas edições Base-Fut, do Porto.”

“Na volta ao Rio de Janeiro, me reintegrei no CEDAC. Com o companheiro da metalurgia Ferreirinha, passei a integrar a Equipe de formação sindical da Secretaria Estadual de Formação do RJ. Desde esta época até mais ou menos 1991, viajei por vários estados, desenvolvendo cursos sobre ‘socialismo autogestionário’ para uma camada jovem de operários, estudantes e militantes de movimentos sociais, ávidos por conhecimento sobre uma nova forma de organização da sociedade e de autores pouco ou quase nada conhecidos entre nós: Rosa Luxemburgo, o Austro-Marxismo, Pannekoek, Mariátegui e experiências históricas de autogestão.”

“Após 1989, juntos com o ISER, lançamos o Boletim “Vermelho e Branco”, (iniciativa de Rubens César Fernandes, que tinha vivido seu exílio na Polônia) com assessoria do

²⁰ **Ibidem** p. 495-496

jornalista Newton Carlos, para divulgar notícias sobre os acontecimentos do Leste. Ainda com o ISER, IEDS e CEDAC formamos um pool para atividades de formação sobre o socialismo. Na equipe estavam Ruben César Fernandes, Pedro Uchoa Cavalcanti, Reginaldo di Piero, Piragibe Castro Alves. Em 1990, 1 ano após a queda do ‘Muro de Berlim’, fundamos no RJ o Centro de Cultura Socialista, para continuar as atividades de formação sobre esta temática.

Na época do CEDAC, constituíamos uma frente político-cultural (aglutinando informalmente militantes de várias correntes de esquerda no PT e na CUT [Central Única dos Trabalhadores] para formação em vários Estados, onde tínhamos apoios de ONGs, em pelo menos 8 Estados. Este trabalho levou no Rio de Janeiro e em Santa Catarina alguns companheiros a formar uma ‘tendência’ dentro do PT, na linha da autogestão socialista. Este ‘fechamento’ levou a um definhamento das atividades, pois terminou por isolar muitas pessoas. Destas atividades surgiram várias brochuras:

A questão do socialismo, da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk

Rosa Luxemburgo e Solidarnosc. Autonomia Operária e Autogestão Socialista, Cedac, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1988

Polônia 80, um lição de socialismo

Com o PACS (colega Marcos Arruda) realizamos muitas atividades sobre esta temática na Região Sul do país. Era em convênio com a ONG gaúcha CECA, com sede em São Leopoldo. Com o CECA publicamos as brochuras:

Dos Soviets à Burocratização (tradução da obra do historiador Marc Ferro);

Um Programa socialista autogestionário (do tcheco Petrl Uhl, traduzido, mas que não foi publicado);

Socialismo e marxismo na AL (Mariategui, Che e Carlos Fonseca) junto com texto de Michael Löwy;

A evolução do socialismo autogestionário (tradução de texto do yugoslavo Branko Hovart.

O relato de Claudio Nascimento mostra que o Socialismo Autogestionário passou a receber uma divulgação sistemática por um número notável de intelectuais, a partir pelo menos de julho de 1983, quando o autor volta ao Brasil. Na realidade, esta atividade começou antes, conforme ele relata em seu depoimento: “Em 1978-79, com a volta dos anistiados tínhamos fundado diversas ONGs para levar este trabalho em vários Estados da federação: no Rio fundamos a CEDAC [Centro de Ação Comunitária], onde passei a trabalhar. Nesta época, já era assessor da Pastoral Operária Nacional (junto com Frei Beto, Frei Eliseu, sindicalistas como João Pires Vasconcelos, José Ibrahim e intelectuais como Piragibe Castro Alves. Trabalhávamos com oposições sindicais pelo país afora. Esta atividade intensa levou-me mais uma vez a perseguições: após ser seguido durante 6 meses, tive o meu apartamento invadido no Rio, em 1980, quando da onda de terrorismo que assolou o país naquele período (...) Por isto, tive de sair do Brasil, passando 3 anos na França, trabalhando numa Central Sindical, a CFDT. Este tipo de estágio foi no campo da formação sindical, pois estávamos para fundar a CUT [Central Única dos Trabalhadores] e precisaríamos de pessoas que soubessem como fazer formação em uma Central Sindical (não tínhamos esta experiência no país devido a constante exclusão e proibição de Centrais Sindicais.)”²¹

²¹ Claudio Araújo Nascimento, MEMORIAL (pelo que sabemos, nunca publicado. PS)

O depoimento de Claudio Nascimento indica que sua incessante atividade intelectual e como educador popular se desenvolveu em estreito contato com ativistas e intelectuais ligados à Igreja Católica, certamente inspirados pela Teologia da Libertação. Um estudioso atento do tema Pablo A. Guerra²² oferece dados significativos a este respeito: “Nos anos cinquenta, um dominicano francês de nome Louis Joseph Lebret, haveria de marcar a fogo um grupo de investigadores de diversos países da América, divulgando no continente uma escola conhecida como ‘**economia humana**’.(...) Paulo VI, que começa o seu Papado em pleno Concílio promulgaria logo o seu “*Populorum Progressio*” (1967), donde se volta a mencionar a Solidariedade como valor indispensável na busca dum verdadeiro desenvolvimento para os povos: “Esta linha seria continuada por S.S. João Paulo II, o Papa que mais tem contribuído nesta linha de reflexão ao ponto de promover em uma reunião em Santiago de Chile em 1987, a idéia de ‘economia da solidariedade’ na qual disse ‘pomos todas nossa esperanças para América Latina.’²³

A forte afinidade dos socialistas cristãos com o socialismo autogestionário ou economia solidária se manifesta também no fato do Complexo Cooperativo de Mondragon, a maior rede de cooperativas do mundo, ter sido fundada sob a iniciativa e liderança do padre Arizmendiareta, um líder socialista cristão e discípulo do Padre Lebret. No Brasil igualmente a economia solidária passou a ser difundida e organizada em boa parte por entidades da Igreja como a Pastoral Operária e a Cáritas.

A afinidade do socialismo cristão ou da teologia da libertação com a economia solidária, no Brasil, no ocaso da ditadura militar, é significativa porque ela compartilha desde cedo um mesmo campo de atuação com a maioria dos novos movimentos sociais que surgiram no país inspirados pelas insurreições operárias que se levantaram contra a opressão, tanto em Praga como em Paris e Varsóvia. Neste contexto, não deixa de ser significativo que o movimento da Solidarnosc ter sido predominantemente católico.

O testemunho de Cláudio Nascimento deixa claro que a pregação do socialismo autogestionário nos anos 1980, quando o declínio do regime militar no Brasil já era inegável, teve lugar no seio mesmo do movimento operário, sindical e político. É este movimento operário, que ressurgiu mutilado por 14 anos de repressão total (1964-1978), que vai gerar o Partido dos Trabalhadores, uma inovação não somente à luz da história do Brasil mas também da história mundial, pois na mesma época, tem lugar o auge da contra-revolução do neo-liberalismo, sinalizado pelas eleições e reeleições de Margaret Thatcher na Grã Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos.

O neoliberalismo surge avassalador, desde 1979/80, ao mesmo tempo em que a União Soviética começa a se livrar das amarras stalinistas que sufocaram durante quase 70 anos qualquer iniciativa democrática de sua população. Há os que atribuem a abertura russa à onda neoliberal, hipótese que não encontra qualquer corroboração factual. O que surpreende nos países capitalistas é a quase total incapacidade da esquerda de oferecer resistência à ofensiva neo-liberal, produzida pela falta de qualquer alternativa que nem precisaria ser socialista, mas apenas democrática, como a que está sendo *hoje* reivindicada pelos movimentos de jovens, na periferia europeia e nos países árabes. As prolongadas lutas por democracia e socialismo, travadas pelos movimentos operários e seus intelectuais orgânicos, ao longo dos séculos XIX e XX, provam que a essência do socialismo é a democracia sem mais adjetivos, aplicada não só à política, mas à

²² Guerra, Pablo A. **Socioeconomia de la Solidariedad**, Montevideo, Editorial Nordan-Comunidad, 2002

²³ **Ibidem**, p.45 e 50-51

economia, à educação escolar, à assistência à saúde, à ordenação urbana, ao cuidado com o meio ambiente e demais áreas cruciais de interação social.

A fundação do PT no Brasil, em 1980, vai contra a corrente do colapso perante o neoliberalismo da esquerda democrática na União Européia, nos EUA e em países da América do Sul, ao levantar a bandeira da luta por um socialismo humano e absolutamente democrático. No manifesto lançado por ocasião de sua fundação em 10/2/1980, o PT proclama: “O PT afirma o seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. (...) Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos. (...) É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja exploradores e nem explorados.”²⁴

Na primeira Convenção Nacional do PT, em 1981, Lula discursou dizendo entre muitas outras coisas: “... queremos com todas as forças, uma sociedade (...) sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? Mas, o problema não é somente este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: **qual socialismo?** (...) Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo. (...) O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. [Ele] terá de ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.”²⁵

Lula, isto é, o PT entrega a decisão sobre qual socialismo será edificado aos próprios trabalhadores, como garantia que as lutas que o definirão serão travadas de modo inteiramente democrático, como sempre foram, desde os dias heróicos da resistência à repressão em S. Bernardo do Campo.. O compromisso do PT e seu líder fundador é que a democracia vigente no país teria de se tornar cada vez mais participativa, para que o seu destino pós capitalista possa ser decidido diretamente pelos trabalhadores.

O assunto socialismo e democracia volta a ser tratado, em 1987, no 5º Encontro Nacional do PT no item 46 de suas resoluções: “A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada a quase que a um princípio permanente, cujas conseqüências podem ser vistas hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do *Solidariedade*, que o PT tem apoiado.”²⁶ Vale notar, que o apoio à luta do *Solidariedade polonês* implica, se não num compromisso ainda, numa inclinação do PT ao socialismo autogestionário reivindicado por aquele famoso sindicato.

²⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**, Diretório Nacional do PT, São Paulo, setembro de 1998, p.66-67

²⁵ **Ibidem**, p.114

²⁶ **Ibidem**, p.316

O compromisso foi assumido quatro anos depois em 1991, no 1º Congresso do PT. Vale a pena examinar a formulação de três resoluções do Congresso. “98 O PT entende que a diversidade de desejos e idéias é inerente à condição humana, razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anti-capitalistas, pois o capitalismo, ao oprimir e alienar os indivíduos, só admite uma pluralidade restringida pela desigualdade de condições e oportunidades. Mas, motivo também para rechaçarmos a chamada “pluralidade para os partidos operários” ou seja, “para quem pensa como nós” que, historicamente, só pode levar a formas de ditadura.”

“100. Nossa perspectiva, entretanto, não se limita à democratização e à socialização da política a partir do Estado. Visamos construir no socialismo uma esfera pública na qual a política não se restrinja a iniciativas estatais e institucionais, mas que ao contrário, tenha seu pólo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa.”

103 O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal), compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. Até porque os contornos precisos de uma sociedade socialista não podem ser definidos hoje (a não ser como projetos de laboratório, desprovidos de vida), exatamente porque eles serão produtos da própria luta social, política, econômica e cultural. Por isso mesmo, entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da própria sociedade civil.”²⁷

Há séculos, a democracia vem sendo experimentada em diferentes lugares e épocas, mas pela primeira vez se tornou uma quase unanimidade mundial, ao menos como ideal político. Estas tentativas democráticas, que se generalizaram após a queda das ditaduras stalinistas, se chocam hoje com a extrema concentração do capital, da riqueza e da renda, que resulta da total liberdade de movimentação do capital, imposta pela hegemonia neoliberal na maioria dos países do primeiro mundo e portanto nos órgãos multilaterais da ONU como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional.

O Brasil, hoje governado pelo PT e uma coligação de partidos, constitui brilhante exceção, ao lado de um bom número de países da América do Sul e do Extremo Oriente,

²⁷ **Ibidem**, p. 500-501

a este panorama desolador de retrocesso, que ainda prevalece na América do Norte e na Europa. Esta excepcionalidade brasileira se deve em grande parte ao Partido dos Trabalhadores, o maior partido do país e que é a matriz, juntamente com ONGs e movimentos sociais, deste processo de construção ideológica e política da economia solidária como alternativa viável ao capitalismo em sua atual fase neo-liberal.

O PT foi fundado em 1980, quando o regime militar resolveu por em prática sua abertura política, mediante a restauração do multipartidarismo. Até então, o regime havia tolerado apenas um único partido de oposição, o MDB [Movimento Democrático Brasileiro] e um único partido da situação. Com a abertura, os militares resolveram possibilitar aos oposicionistas fundar outros partidos, com a esperança de que ao fazê-lo as oposições se dividissem. O que efetivamente aconteceu. O MDB teve de se tornar PMDB e em 1988 sofreu uma primeira cisão, com a formação do PSDB, que teve a oportunidade de governar o país entre 1995 e 2003. Os herdeiros de siglas partidárias tradicionais as refundaram e surgiram novos partidos políticos. Hoje o Brasil possui dezenas de partidos, que disputam eleições em nível nacional, estadual e municipal.

O PT disputou a Presidência da República com candidato próprio desde a primeira eleição direta, em 1989, tendo perdido as três primeiras, sempre ocupando o segundo lugar, o que o tornou, desde 1990, o maior partido de oposição. O crescimento eleitoral do PT foi inicialmente vagaroso, mas se acelerou a partir de 1988, quando conquistou o governo municipal de S.Paulo, a maior metrópole do país, e de mais duas capitais de estados e dezenas de municípios grandes, médios e pequenos. Desde este momento, o PT passou a enfrentar os problemas decorrentes do exercício do poder executivo, sem ter acesso a recursos que lhe permitissem cumprir a maior parte de suas plataformas de governo. É que uma inflação enorme praticamente paralisou as políticas de fomento do desenvolvimento econômico entre 1980 e 1994, mantendo a economia brasileira em semi-estagnação durante as duas décadas finais do século XX.

A estabilização dos preços foi alcançada mediante o Plano Real, que foi executado dentro das regras neo-liberais, com abertura brutal do mercado interno às importações de bens industriais de países com custos trabalhistas muito menores que os vigentes no Brasil, o que acarretou forte crise industrial, com a perda de milhões de postos de trabalho e uma elevação do desemprego em massa, grande parte dele de longa duração. Nesta conjuntura trágica de empobrecimento e exclusão social, que se agravou durante as duas **décadas perdidas**, a economia solidária emerge como uma estratégia de sobrevivência à qual recorrem cada vez mais trabalhadores, amparados pelos Projetos Alternativos Comunitários PACs implantados pela Cáritas, pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares abrigadas por universidades públicas e por um bom número de ONGs, em grande parte ligadas à Igreja Católica, com algum acesso a recursos da chamada *Ajuda Internacional*.

A economia solidária desde então tem sido viabilizada pelo apoio de movimentos sociais apoiados pelos setores organizados da sociedade civil: Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais, sindicatos operários, movimento estudantil atuando em Incubadoras ou entidades similares, movimentos de trabalhadores rurais sem terra, catadores de resíduos recicláveis, quilombos, indígenas, mulheres, egressos de manicômios, sem falar da solidariedade entre vizinhos que faz parte da cultura das classes trabalhadoras de baixa renda.

O apoio do poder público veio inicialmente de prefeituras, quase todas petistas. O movimento político da economia solidária se desenvolve de forma molecular durante os

anos oitenta, e emerge na cena pública com a realização dos primeiros Foros Sociais Mundiais a partir de 2001. Há um importante processo de reconhecimento mútuo entre todos os movimentos sociais envolvidos com a economia solidária a partir da segunda metade dos anos noventa, de modo que quando o primeiro Foro Social Mundial tem lugar em 2001, em Porto Alegre, cidade governada pelo PT desde 1989, o movimento da Economia Solidária tem presença destacada, provocando considerável interesse entre os milhares de participantes nacionais e estrangeiros.

É importante considerar a estreita afinidade política entre os promotores dos Foros Sociais Mundiais e os militantes e organizadores da economia solidária, pois ambos são inspirados pelo rico legado dos movimentos estudantis que emergem em 1968 e se mantêm ativos desde então. Apesar do crescente apoio dado à economia solidária pelos governos do PT não só municipais mas também estaduais, o partido só a assume pelo que foi visto acima, no 1º Congresso, em 1991, e na forma de uma cogitação teórica no quadro da discussão do socialismo petista, cuja construção demandaria “um longo, demorado e conflituoso processo.”

Em 2000, Lula resolveu promover uma série de debates sobre o socialismo no PT, tendo em vista a nova situação criada dentro partido pela crise mundial do “socialismo real”, que vinha sendo abandonado pelos países e partidos em escala crescente. Como seria de se esperar, o socialismo autogestionário, já então sendo identificado como economia solidária, foi objeto de debate pelos dirigentes do partido, que resultou em sua adoção pelo PT, quase sem oposição. Lula foi mais uma vez candidato à Presidência em 2002, e fez questão de incluir em sua plataforma o apoio à economia solidária, que já vinha crescendo com vigor, embora ainda largamente ignorada pela opinião pública. A vitória de Lula foi recebida com enorme entusiasmo pela população, que esperava mudanças profundas na sociedade a serem efetivadas pelo novo governo.

O movimento de economia solidária, movido pela mesma esperança, encaminhou ao Presidente eleito, mas ainda não empossado, missiva em que pedia a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. A proposta contou com o apoio do futuro Ministro do Trabalho Jacques Wagner e recebeu a aprovação de Lula. Esta decisão permitiu ao movimento da economia solidária, que até aquele momento ainda não havia assumido caráter nacional, o ensejo e a necessidade de cobrir todo extenso território nacional, o que mudou o seu caráter numa dimensão que só foi possível perceber gradativamente ao longo dos anos seguintes.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES teve que esperar a aprovação da lei que reorganizou o governo brasileiro, por meio da qual a criação também de outros Ministérios e Secretarias foi legalizada. Foi uma espera de um semestre, durante o qual o movimento da economia solidária se empenhou na discussão das políticas a serem desenvolvidas pela SENAES, em duas reuniões plenárias. Quando chegou o dia da instalação da Secretaria, uma terceira plenária foi convocada em Brasília, que acabou sendo a maior de todas com a presença de 800 delegados de 20 dos 27 Estados brasileiros. Nesta reunião foram fundadas duas entidades que acabaram sendo as principais parceiras da SENAES: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que reúne desde então os empreendimentos de economia solidária de todo o país e todas as organizações da sociedade civil que fomentam a economia solidária; e a Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, à qual pertencem os responsáveis pelos órgãos estaduais e municipais de apoio e promoção da economia solidária.

A SENAES foi recebida com simpática curiosidade não só pelos servidores do Ministério do Trabalho, mas também pelos dos ministérios responsáveis por políticas sociais e de defesa dos direitos de mulheres, negros, indígenas e outras 'minorias' socialmente excluídas e discriminadas, o que levou a Secretaria a organizar cursos para servidores públicos federais de formação e informação sobre economia solidária. De cada vez, o número de matrículas ultrapassava de longe a quantidade esperada de alunos. A satisfação da curiosidade reforçou a simpatia pela economia solidária, o que fez com que ao cabo de poucos anos nada menos de 22 ministérios do governo federal desenvolvessem políticas de fomento da economia solidária, em parceria com a SENAES.

Da mesma forma, cresceu incessantemente o número de Estados e municípios que realizam ações de difusão e apoio à economia solidária. Na verdade, a economia solidária já vinha aumentando vigorosamente antes da vitória de Lula e da criação da SENAES, de modo que é difícil saber quanto da aceleração deste crescimento deve ser atribuído à ampliação das políticas de fomento devida à criação da SENAES ou à dinâmica própria do movimento. A expansão da economia solidária pelo extenso território brasileiro tornou a economia solidária cada vez mais diversificada culturalmente com a vinda de variadas comunidades tradicionais: quilombolas, indígenas, quebradeiras de côco, seringueiros, pescadores artesanais, marisqueiras, cultivadores peixes e frutos do mar e uma profusão de artesãos de bordadeiras a apicultores, cultivadores de plantas medicinais etc..

Esta crescente diversidade cultural vem enriquecendo a economia solidária ao juntar operários de empresas recuperadas, que trazem à economia solidária a experiência recente da luta de classes, com povos que cultuam os valores da economia solidária em função de suas próprias tradições, transmitidas de geração a geração há muitos anos. Havendo respeito pelos diferentes, a diversidade alarga os horizontes dos engajados na economia solidária e os torna mais capazes de extrair dos avanços e recuos, dos ganhos e das perdas os ensinamentos que facilitam a convivência e afiam a inteligência coletiva para o enfrentamento de novos desafios.

Sob nomes diferentes, a economia solidária se desenvolve em muitos países dos cinco continentes e graças à revolução informática, a troca de experiências foi facilitada, o que torna possível não só a interação, mas a colaboração efetiva que permite falar da globalização duma variedade de alternativas viáveis ao capitalismo neo-liberal, que a todos ameaça. O florescer duma profusão de economias solidárias ou sociais ou humanas ou como quer que se denominem é a garantia de sua viabilidade, pois a vocação da humanidade não é a uniformização.